

O ESPAÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP

THE SPACE OF PUBLIC POLICIES FOR SOLIDARITY ECONOMY IN THE BUDGET FORECAST OF THE MUNICIPALITY OF ARARAQUARA-SP

EL ESPACIO DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA ECONOMÍA SOLIDARIA EN LA PREVISIÓN PRESUPUESTARIA DEL MUNICIPIO DE ARARAQUARA-SP

Julia da Silva Gutierrez RUIZ¹

Leandro Pereira MORAIS²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o histórico de políticas públicas para Economia Solidária (ESOL) presentes no município de Araraquara-SP, uma vez que este é considerado um exemplo de boas práticas de políticas públicas de ESOL, observando, também, a partir dos Planos Plurianuais Municipais (PPAm), qual o espaço para temas transversais à ESOL dentro da previsão orçamentária municipal, qual a quantidade/intensidade dessas políticas públicas e quanto elas ocupam dentro da previsão orçamentária. A metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica narrativa e integrativa e, então, uma descrição dos programas e valores presentes nos PPA de Araraquara referentes às políticas de ESOL e temas transversais. Araraquara-SP é um município que conta com uma grande proposta de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Araraquara. Araraquara, São Paulo, Brasil. Email: julia.ruiz@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6930-8765>

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Araraquara. Araraquara, São Paulo, Brasil. Email: leandro.morais@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3945-9455>

políticas públicas subnacionais em ESOL, porém o orçamento para estas políticas ainda é bem limitado, além de ser oscilante, o que demonstra ser uma agenda de governo e não de Estado. O valor previsto para as políticas de ESOL é muito pequeno em relação ao valor municipal que, assim como as políticas transversais, possui um valor crescente com o passar dos quadriênios.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Política Subnacional, Planos Plurianuais, Transversalidade, Economia Solidária.

Introdução

A partir das décadas de 1980 e 1990, devido a mudanças no mercado de trabalho do país, as quais ocasionaram uma elevação do nível de desemprego, houve uma necessidade das famílias brasileiras se sustentarem a partir de novas perspectivas. É a partir deste contexto que as experiências de Economia Solidária (ESOL) começam a surgir em volume mais elevado no Brasil (MORAIS, 2013).

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a revisão bibliográfica narrativa e integrativa da literatura sobre a Economia Solidária, sobre políticas públicas e planos plurianuais, sobre marcos regulatórios disponíveis do município de Araraquara-SP e, depois, uma descrição dos programas e valores presentes nos PPAm de Araraquara referentes às políticas de ESOL e temas transversais. Para fazer a comparação entre os valores, optou-se por uma atualização monetária a partir do índice IPCA-E, usando como período de referência a data inicial, o primeiro mês de cada PPA, e a data final em dezembro de 2021. A ferramenta utilizada foi a calculadora disponibilizada no *site* do Banco Central do Brasil.

O trabalho é apresentado da seguinte forma: a primeira parte objetiva apresentar rapidamente o conceito de Economia Solidária, a fim de nortear o

olhar durante toda a análise. A segunda parte visa apresentar o que são as políticas públicas e porque é importante se debruçar sobre os Planos Plurianuais e examinar a previsão orçamentária. A terceira parte trata das políticas públicas de ESOL, traçando um breve histórico de como ocorreram em nível federal e como começou a despontar enquanto política subnacional. Na quarta parte, por fim, são apresentadas as políticas públicas municipais de ESOL e transversais do município de Araraquara-SP, assim como é analisada a previsão orçamentária pelos PPAs para saber qual o espaço das políticas públicas de ESOL na previsão orçamentária araraquarense.

1. Entendendo o que é Economia Solidária

Como se delimita o significado de ESOL? Para alguns autores, é uma discussão que abrange diversos aspectos teóricos e diversas práxis (FRANÇA FILHO, 2006, FREITAS, 2012, MORAIS, 2013), de tal forma que encontrar uma só definição pode ser uma tarefa árdua (SOUZA, 2012, p. 64).

Neste trabalho, a fim de não se concentrar na delimitação teórica da ESOL, utiliza-se a definição de Paul Singer (2002), economista e professor que também foi secretário executivo da Secretaria Nacional de Economia Solidária desde sua criação até o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e que foi o responsável por cunhar o termo a partir de 1996 (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017) definindo a ESOL como um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p.10). Souza (2012) acrescenta que a ESOL trata de inclusão produtiva, transferência de renda, questões sociais, culturais e também outras questões subjetivas dos trabalhadores envolvidos na ESOL.

Vale complementar que, segundo Singer (2000), este “outro modo de produção” é formado por empreendimentos solidários, ou seja, organizações

como as cooperativas e associações, mas estas sozinhas não são capazes de superar o capitalismo da forma que se conhece nos dias de hoje. Inclusive, sabendo-se que os empreendimentos solidários menores não possuem estrutura adequada para sobreviver no mercado capitalista (SANCHES, 2019), é necessária a vinculação da ESOL às políticas públicas (SILVA; CUNHA; SILVA, 2018).

2. Uma breve discussão sobre políticas públicas e os Planos Plurianuais

De maneira geral existem diversas definições para compreender o que são as políticas públicas, ressaltando o papel resolvidor de problemas que possuem e, Morais (2013), cita alguns aspectos aos quais as políticas públicas se referem, sendo estes: (i) campo de investigação do governo sobre problemas públicos; (ii) grupos de ações de um governo para gerar certos efeitos desejados; (iii) atividades governamentais que impactam na vida das pessoas; (iv) escolhas do governo sobre o que fazer ou não; (v) regra governamental para moldar o comportamento coletivo a partir de respostas positivas ou negativas (MORAIS, 2013, SOUZA, 2007).

Para Teixeira (2002), as políticas públicas nada mais são do que princípios norteadores para as ações do governo e podem ter diferentes objetivos, como ampliar o direito à cidadania, regular conflitos e também promover o desenvolvimento a partir da geração de emprego e renda. O mesmo autor ainda pondera que “nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas” (TEIXEIRA, 2002, p. 2), ou seja, nem sempre o que uma administração pública se propõe a fazer -ou coloca em suas campanhas eleitorais - é o que acaba acontecendo durante o período de vigência desta administração.

Uma justificativa para que isso aconteça, é que há uma disputa por orçamento público no âmbito estatal, principalmente em tempos de crise (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014). Por isso é importante se atentar não só à carta de intenções de um governo, mas também às peças orçamentárias que irão compor a administração pública. Uma dessas peças, e o foco deste trabalho, é o Plano Plurianual (PPA), peça estabelecida de quatro em quatro anos, abrangendo um exercício de três anos da administração pública que a executou e um ano da próxima administração pública³. O PPA é muito importante, pois é a partir deste que há uma imposição das metas para o planejamento estatal, sendo possível saber quais são as suas reais pretensões, prioridades⁴ e projeções de acordo com a realidade local, além disso, as outras peças orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) devem obedecer ao que foi estabelecido no PPA (PROCOPIUK *et al.*, 2007), permitindo compreender porque o orçamento público é um espaço de disputa política (SALVADOR, 2012).

Em relação às políticas públicas municipais, Teixeira (2002) ressalta que a capacidade de receita dos municípios é bem inferior a nível federal e estadual, logo, a autonomia da administração pública municipal em realizar políticas próprias (sem vinculação ao governo estadual e/ou federal) é muito limitada. Mesmo assim os municípios precisam cada vez mais corporificar políticas públicas de geração de emprego e renda, já que é nos municípios em que se observa os impactos do desemprego no Brasil (TEIXEIRA, 2002). Procopiuk *et al.* (2007, p. 409) salienta a importância dos PPAs neste processo, agora em âmbito municipal, sendo chamados de Planos Plurianuais Municipais (PPAm):

³ “[...] a defasagem de um exercício entre o mandato e a vigência do PPA privilegia a continuidade das políticas públicas e serve como período de transição entre a orientação do mandatário anterior e a do atual.” (PROCOPIUK *et al.*, 2007, p. 404)

⁴ Os instrumentos de planejamento orçamentário fornecem um importante indicativo sobre as prioridades assumidas pelo governo. (SILVA, 2018).

[...] planos com as características do PPA_m podem tornar-se instrumentos eficazes de controle de despesa e alocação estratégica de recursos a longo prazo, além de mecanismos de apoio à eficiência operacional, por elevarem a necessidade de previsão e, em conseqüência, definir caminhos e responsabilidades dos dirigentes ao prepararem seus programas sob, muitas vezes, pesadas restrições fiscais e elevadas demandas locais a serem atendidas com recursos escassos.

Para Procopiuk *et al.* (2007), o PPA_m possui a função de demonstrar o que o governo local pretende fazer de acordo com as suas limitações de recurso e promovendo uma estabilidade para a esfera local durante seu período de exercício.

3. Políticas públicas de ESOL e sua transversalidade

As políticas públicas de ESOL são criadas a partir de uma concepção diferenciada sobre as possibilidades de ação pública em relação a geração de trabalho e renda - o olhar tradicional é pautado em políticas puramente econômicas, como incentivo baseado em exoneração fiscal, por exemplo - uma vez que a ESOL (e suas políticas públicas) não se pautam simplesmente na relação de emprego tradicional assalariada comum (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020, MORAIS, 2013, FRANÇA FILHO, 2006) e, por isso, são capazes de somar programas de inclusão produtiva com “aspectos sociais (melhora das condições de educação, de saneamento, de moradia etc), técnicas (qualificação da mão-de-obra), ambientais (garantir maior sustentabilidade nos territórios onde atuam), etc.” (MORAIS, 2013, p.183-184).

Isso ocorre graças à capacidade da própria ESOL de dialogar com questões para além do âmbito econômico, ou seja, o caráter transversal da ESOL, que consegue dialogar com questões sociais, políticas, ambientais, culturais, entre outras (MORAIS, 2013). É desta capacidade que as políticas públicas de ESOL encontram respaldo para se articular com outras políticas públicas (SOUZA, 2012) e, quando assim estão articuladas, as políticas públicas de temas transversais fazem com que a ESOL passe a ter mais sentido (FRANÇA FILHO, 2006). Por isso, Morais (2013) aponta que é preciso considerar as políticas de ESOL de forma integrada e transversalizada.

Em âmbito nacional, verificam-se políticas públicas de ESOL a partir da criação da SENAES em 2003, no Ministério do Trabalho. Este é o marco da institucionalização da ESOL, importante passo para haver espaço no orçamento público federal para essas políticas. A partir deste marco, averiguaram-se os PPAs dos quadriênios 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019, os quais corresponderam com a atuação da SENAES, que mostram desde quando se formou até a crise em seus últimos anos, possibilitando compreender a importância da emergência das políticas públicas subnacionais de ESOL.

É apropriado evidenciar que a SENAES possuía políticas para além do Ministério do Trabalho, mantendo parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outros, trazendo não só uma transversalidade para as políticas públicas federais de ESOL, mas também uma estratégia de angariar maior nível orçamentário para as políticas em que estava envolvida (SINGER, 2009, FARIA; SANCHEZ, 2011, SILVA, 2018).

Os quatro PPAs foram divididos por Silva (2018) em três períodos: (i) inserção e consolidação com respeito aos PPAs 2004-2007 e 2008-2011; (ii) expansão contraditória (PPA 2012-2015); e (iii) crise do paradigma (PPA 2016-2019). Silva (2018, p. 21) ressalta o fato de que “não há uma regularidade na

disponibilidade dos recursos financeiros, uma vez que o pagamento ocorre de modo efetivo à medida que há limite financeiro”.

O primeiro período foi o que abrangeu a criação e a estabilização da SENAES, destacando o fortalecimento institucional da Secretaria para pavimentar a agenda de ESOL. No primeiro PPA o orçamento previsto aprovado foi de, aproximadamente, 170 milhões de reais e, no segundo PPA houve um aumento da previsão orçamentária de 22,4% (SILVA, 2018).

No segundo período houve uma grande expansão da previsão orçamentária, porém Silva (2018) constatou um Índice de Execução Orçamentário de 22,8%, ou seja, nem um terço do valor previsto para a SENAES foi de fato implementado. Silva (2021) destaca que foi a partir deste PPA que se notou a união da SENAES com programas de outros ministérios, inclusive em 2012 ocorreu um aumento real de aproximadamente 42% no orçamento para ESOL a partir do Programa de Resíduos Sólidos em união ao MMA.

No terceiro e último período, Silva (2018) ressalta a crise econômica e política que se deu a partir do ajuste fiscal e *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, o que provocou uma drástica alteração na agenda governamental de políticas públicas fazendo com que a relevância da ESOL dentro da agenda diminuísse muito (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020).

A soma desse conjunto de fatores resultou não apenas na queda da dotação orçamentária atribuída por lei, mas também nas dificuldades crescentes em alcançar níveis maiores de execução [...]. A temática da economia solidária enquanto paradigma de política pública passou a se defrontar com um momento de crise operacional e posicional, o que leva a incertezas até mesmo quanto à sua continuidade na agenda governamental (SILVA, 2018, p. 32).

De fato, com o desmonte orçamentário e a crise política, ocorreu uma crise interna na SENAES, provocando a saída do seu Secretário Executivo, Paul Singer, e grande parte da equipe técnica da Secretaria. Depois a SENAES foi rebaixada a subsecretaria, diminuindo ainda mais as previsões orçamentárias de ESOL, até que, em 2019, durante o governo Bolsonaro, ela foi de fato extinta.

Dado o cenário de destruição das políticas federais em ESOL, vem se tornando mais necessário o debate sobre as políticas públicas de ESOL feitas em estados e municípios, ou seja, sobre o cenário subnacional.

Por serem "alternativas de geração de trabalho e renda" (FREITAS, 2012, p. 62), algumas prefeituras começaram a incentivar organizações trabalhistas como as cooperativas e as associações, dado o contexto de desemprego na década de 1990. De acordo com Freitas (2012), isso ocorreu, na maioria das vezes, em prefeituras vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo partido do presidente que instituiu a SENAES. Alguns exemplos no estado de São Paulo são: São Paulo (capital), Campinas, Santo André, São Bernardo e São Carlos. A agenda da ESOL, como estratégia de desenvolvimento e geração de emprego se expandiu, em 2008, já havia 14 estados e mais de 200 municípios desenvolvendo políticas públicas de ESOL em suas agendas, cada qual a sua maneira (GOULART; MARIN, 2011).

Quando se diz cada qual a sua maneira, o que significa é que os orçamentos dispostos são diferentes em cada administração pública, além de depender do contexto de cada administração pública para se ter uma determinada forma de implementação da política e a estratégia de sua execução (ALCÂNTARA, 2014, FRANÇA FILHO, 2006, GOULART; MARIN, 2011). Freitas (2012) complementa esta ideia afirmando que a maneira que se estruturam as políticas públicas de ESOL está sujeita aos arranjos políticos no processo. Ainda segundo a autora, um exemplo disso é o fato de algumas prefeituras colocarem as políticas públicas de ESOL em secretarias de assistência social, ao mesmo passo que outras prefeituras alocam estas políticas em secretarias de

desenvolvimento econômico (FREITAS, 2012) e, este segundo caso, é o da prefeitura de Araraquara - SP, município analisado neste trabalho.

4. Políticas públicas e previsão orçamentária em Araraquara-SP

Araraquara é uma cidade localizada na região central do estado de São Paulo que, segundo o IBGE Cidades, possui uma população aproximada de 240 mil habitantes, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,815 e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 42.474,25. Mesmo com estes índices positivos, em 2019 havia aproximadamente 12.700 famílias cadastradas no CadÚnico a fim de receberem auxílios de programas sociais, dado que “cerca de 50% delas possuem renda per capita mensal de até 25% do salário-mínimo e composição familiar majoritária de mulheres responsáveis economicamente por suas famílias” (PAIVA; SILVA, 2020, p. 137).

Araraquara, como já referido, possui políticas públicas de ESOL como ferramentas de geração de trabalho decente e renda, além de exercer importante papel na promoção de “inclusão social e produtiva, o combate à fome e o resgate da cidadania, por meio da geração de renda, de forma coletiva e participativa” (PAIVA; SILVA, 2020, p. 138). A seguir, são apresentados importantes marcos para as políticas públicas de ESOL na cidade, bem como a previsão orçamentária nos PPAs: 2006-2009, 2010-2013, 2014-2017, 2018-2021 e 2022-2025.

4.1 Políticas neófitas

No início do primeiro mandato do prefeito Edinho Silva (PT) em 2001, foi sancionada uma lei que instituía na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) uma pasta de gestão de projetos em geração de trabalho e

renda, além de que, neste mesmo ano, também foi instituído o Orçamento Participativo (OP) no município, a partir da Coordenadoria de Participação Popular e, o OP é uma importante ferramenta transversal a ESOL de democratização do orçamento público. Por visar participação popular e possuir caráter participativo na construção das políticas públicas atendendo demandas da sociedade civil e possuindo Conselhos de políticas setoriais, como será abordado adiante, essas políticas podem ser enquadradas na linha do Novo Generalismo Público, em que diferentes atores influenciam diretamente na implementação de novas políticas públicas (FREITAS, 2012).

Foi criada no ano de 2005 a Coordenadoria Municipal de Economia Solidária (Coordenadoria Executiva de Economia Social e Solidária - CESS), responsável pela institucionalização das políticas públicas de ESOL no âmbito municipal, além de integrar programas estaduais como o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) e o Banco do Povo Paulista.

4.2 Quadriênio 2006-2009

Em 2006 foi sancionada uma lei que oficializa a parceria entre a Cooperativa Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara com o Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) de Araraquara (ARARAQUARA, 2006). A partir de 2007, devido a lei nacional a qual estabelecia diretrizes nacionais para saneamento básico (BRASIL, 2007), o convênio entre a Cooperativa Acácia e o DAAE passou a dispensar qualquer tipo de licitação, dado que esta lei permite contratação direta de cooperativa de catadores.

Em 2008 foi inaugurado pela prefeitura em parceria com organizações da sociedade civil, um ateliê de costura para mulheres, junto com a Estamparia da Juventude, demanda da plenária de Juventude do OP de Araraquara. Este ateliê

foi organizado e tinha seu funcionamento pautado nos princípios da ESOL. Em dezembro do mesmo ano foi inaugurada a Padoka, uma padaria e cozinha solidária onde se estabeleceu a sede da panificadora da Associação das Mulheres Assentadas (AMA), mais uma demanda eleita pelo OP, mas dessa vez pela plenária de Mulheres.

Em 2009 é sancionada a Lei Municipal da Economia Solidária, instituindo o Programa de Trabalho e Economia Social e Solidária (ARARAQUARA, 2009a).

No PPA 2006-2009 não há nenhum programa com Economia Solidária descrito explicitamente em seu nome, porém são identificados três programas cujas justificativas e objetivos citam Economia Solidária, organizações de ESOL. Destes, destacam-se dois: o Programa 69- Coleta Seletiva, visando também promover o trabalho de coletores em organização de cooperativas de trabalho; e o Programa 100 - Promoção do Comércio e Serviços, o qual abarca a manutenção e consolidação da Feira de Economia Solidária, visando também dar visibilidade para os princípios da ESOL na cidade e o funcionamento do Banco do Povo Paulista. O total de verba destinada às políticas públicas diretamente voltadas para ESOL, no quadriênio que compreende este PPA, foi de R\$ 14.904.744,39, enquanto oito programas transversais às políticas de ESOL no quadriênio de 2006 a 2009 somaram uma quantia prevista de R\$ 55.617.089,82.

Estes programas de políticas transversais são: o Programa 10 Participação Popular, o Programa 11- Centro de Referência da Cidadania, o Programa 91- Atendimento às Famílias, o Programa 97- Organização Agrária, o Programa 98- Ações de Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa 99- Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos, o Programa 102- Promoção do Turismo e o Programa 106- Gestão de Resíduos Sólidos.

4.3 Quadriênio 2010-2013

Neste período, em relação à política implementada, ocorreu apenas a instituição do Espaço Kaparaó em 2010. O Kaparaó, um importante centro público de oficinas e cursos profissionalizantes, em parceria com o Sistema S, oferece capacitação para diversos cooperados e associados vinculados a empreendimentos de ESOL.

Neste PPA, em relação ao de 2006-2009, há uma manutenção na quantidade de programas de ESOL (mantendo-se três) e uma redução na quantidade de programas transversais (passando de sete para cinco). Os programas voltados diretamente para ESOL neste PPA são: o Programa 81 Promoção da Economia Solidária, um dos únicos programas dos PPAs contendo Economia Solidária no título, que é voltado para a Incubadora de empreendimentos solidários, criada a partir do Programa 32 Trabalho e Economia Social e Solidária. A partir de novembro de 2009; o Programa 82 Promoção de Comércio e Serviços, programa este que continuou em relação ao PPA passado (porém com código diferente), voltado agora apenas para o Microcrédito ação FUNDO DE MICROCRÉDITO - 72 e o Banco do Povo Paulista no município ação BANCO DO POVO - 14; e o Programa 83 Centro de Apoio ao Trabalhador CEAT, outra medida instituída a partir do Programa de Trabalho e Economia Social e Solidária, da Lei Municipal nº 7.145 de novembro de 2009. Somando os três programas, a destinação orçamentária para ESOL no PPA do período foi de R\$ 4.484.125,48, o menor valor entre todos os PPAs analisados, tendo uma redução de aproximadamente 69,9% em relação ao orçamento do PPA anterior.

Presentes no PPA de 2010-2013 tem-se ainda os seguintes programas voltados a políticas transversais sobre o tema: o Programa 08 Participação Popular, que continua presente no PPA, mas antes era identificado com o código 10, o Programa 73 Planejamento e Gestão do Turismo, o Programa 86 Ações de Apoio Ao Desenvolvimento da Agricultura Sustentável, o Programa 105 Ação

Social Básica, que possui ações como Renda Cidadã e o Espaço Kaparaó; e o Programa 128 Gestão de Resíduos Sólidos. O total de verba destinada às políticas públicas transversais às políticas de ESOL no quadriênio de 2010 a 2013 foi de R\$ 97.536.216,13. O aumento do valor em relação ao PPA anterior é causado pela maior previsão orçamentária na gestão de resíduos sólidos, o que ocorre também nos próximos PPAs, seguindo o comportamento nacional a partir da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

4.4 Quadriênio 2014-2017

Em 2017, a antiga Coordenadoria Municipal de Economia Solidária foi substituída pela atual Coordenadoria de Trabalho e Economia Criativa e Solidária (Cetecs), integrando a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico. Neste mesmo ano foi sancionado o Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária, o qual possuía dezenove diretrizes para serem realizadas no período entre 2018 e 2021 (ARARAQUARA, 2017a).

No PPA de 2014-2017, como aconteceu no PPA 2006-2009, não há nenhum programa em que conste, explicitamente, o termo Economia Solidária, mas sim nas ações previstas e, em relação ao PPA anterior (de 2010-2013), há um programa a menos voltado diretamente para ESOL e a mesma quantidade de programas transversais. Os programas voltados para esta temática são: o Programa 59 Geração de Emprego e Renda, o qual conta com as ações Reforma dos espaços dos grupos de Economia Solidária - 437 e Manutenção das atividades do Banco do Povo - 441, demonstrando a importância das políticas públicas de ESOL enquanto políticas de emprego e renda; e o Programa 58 Indústria, Tecnologia e Inovação, o qual, além de outras ações, contou com a ação Manutenção das atividades e apoio estrutural aos grupos de Economia Solidária - 443. Os dois programas tiveram uma destinação orçamentária de R\$

9.116.635,88, e a do Programa 59 foi de R\$ 776.667,30 e do Programa 58 foi de R\$ 8.339.968,58, uma destinação maior, uma vez que as ações também abrangiam a incubadora de empresas, as atividades do Posto de Atendimento ao Trabalhador, entre outras.

Em relação às políticas públicas transversais, dois dos quatro projetos identificados se mantiveram desde os PPAs 2006-2009 e 2010-2013: o Programa 10 Participação Popular e o Programa 110 Gestão de Resíduos Sólidos. Os outros três programas foram: o Programa 6 Articulação Institucional, Programa 60 Planejamento e Gestão do Turismo e o Programa 11 Políticas para as Mulheres. Este último programa antes era descrito dentro do programa do Centro de Referência de Cidadania, mas as políticas de gênero aparentemente também começaram a ganhar certa notoriedade a partir da criação do Centro de Referência da Mulher (CRM), dado que na mesma época de criação do CRM, passou a existir um programa voltado exclusivamente para gênero. Os cinco programas transversais tiveram um espaço na previsão orçamentária de R\$ 141.216.399,18, valor referente ao programa de Gestão de Resíduos Sólidos de R\$ 120.627.310,22, o que ocorre também nos outros PPAs.

4.5 Quadriênio 2018-2021

No ano de 2018, foi aprovada a criação do Conselho Municipal de Economia Criativa e Solidária, responsável por fiscalizar e apoiar a efetivação do Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária, sendo uma ferramenta fundamental para o diálogo do Estado com a sociedade civil e a cocriação de políticas públicas de ESOL. O Conselho foi definitivamente criado em 2019.

Em 2020 foi instituída a Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS), vinculada a Cetecs, da já referida Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico. No ano seguinte, o Conselho

Municipal de Economia Criativa Solidária passou a se denominar Conselho Municipal do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária e, vinculado a ele, foi criado o Fundo Municipal de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária. Além de, também em 2021, ter sido criado o projeto Cooperera Araraquara voltado para criação e incubação de cooperativas e associações pela IPECS.

No PPA de 2018-2021 há três programas voltados diretamente para a ESOL, além de ser possível encontrar mais seis programas que são transversais ao tema. Os programas voltados diretamente para a ESOL são o Programa 62 Trabalho Decente e Geração de Renda, no qual todas as suas ações abrangem Economia Solidária ou empreendimentos solidários, e algumas ações importantes de serem destacadas são Implementar e manter a incubadora pública municipal de economia criativa e solidária - 2153 e Estimular e apoiar a criação de pelo menos 11 novos empreendimentos econômicos solidários - 2156; o Programa 63 Crédito para o seu Trabalho, o qual conta com apenas uma ação, sendo ela Retomada e manutenção das atividades de microcrédito do Banco do povo de Araraquara - 2157; e o Programa 105 Mulheres em rede: empoderamento financeiro e cooperativismo popular nos territórios de alta vulnerabilidade social, que visa através do cooperativismo formar redes de mulheres empreendedoras e também mulheres empreendedoras para seu empoderamento e autonomia financeira. Os três programas tiveram, juntos, uma destinação orçamentária no PPA de 2018-2021 de R\$ 6.280.513,65, sendo que o Programa 62 teve, sozinho, um total de R\$ 5.353.887,73 destinados durante o período.

Os programas transversais ao tema da ESOL no PPA de 2018-2021 foram o Programa 108 Promoção das Políticas de Direitos Humanos, o Programa 102 Orçamento Participativo, que antes era uma ação dos programas de participação popular, o Programa 12 Difusão, participação e efetivação de direitos sociais por meio à cultura, o Programa 59 Planejamento e Gestão do Turismo (antes Programa 73, no PPA de 2010-2013), o Programa 58 Agricultura e

Desenvolvimento Rural Sustentável; e o Programa 9 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o qual assume papel análogo aos programas de nome Gestão de Resíduos Sólidos, previstos nos PPAs anteriores. O total de verba destinada às políticas públicas transversais às políticas de ESOL no quadriênio de 2018 a 2021 foi de R\$ 172.664.721,21, comdestaque para o Programa 9, cuja quantia prevista no PPA foi de R\$ 145.975.381,04.

4.6 Quadriênio 2022-2025

Por último, dentre os PPAs destacados neste trabalho, tem-se o PPA que abrange o período de 2022- 2025. Neste PPA há apenas um programa voltado diretamente para a ESOL, quanto se pode notar sete políticas transversais. O ponto de diferenciação do PPA- 2022-2025 dos demais é que o Programa 70- “Geração de Trabalho e Renda e Promoção da Economia Solidária, Popular e Criativa, o programa de ESOL deste PPA, aparece duas vezes, uma vez sob a responsabilidade da Coordenadoria Executiva de Trabalho e Economia Criativa Solidária e outra sob a responsabilidade do Fundo Municipal de Trabalho, criado durante o último período; os órgãos são vinculados à Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Este programa possui uma previsão orçamentária total de R\$ 7.666.200,00 para o exercício do PPA, dos quais R\$ 6.866.200,00 destinados pela Coordenadoria e R\$ 800.000,00 pelo Fundo.

Os programas de temáticas transversais presentes no PPA de 2022-2025 já apareceram em PPAs anteriores, mesmo que com códigos de identificação diferenciados, e são eles: o Programa 17 Promoção de políticas de direitos humanos; o Programa 21 Mulheres em rede, que não possui mais o cooperativismo ou outro termo de ESOL explicitamente em seu nome ou suas ações e, por isso, está alocado como transversal ao tema; o Programa 24 Orçamento Participativo; o Programa 34 Difusão, participação e efetivação de

direitos sociais por meio à cultura; o Programa 65 Agricultura e desenvolvimento rural sustentável; o Programa 68 Planejamento e gestão do turismo; e, por último, o Programa 9 “Gestão integrada de resíduos sólidos. O último programa citado possui um custo total estimado para o quadriênio de R\$ 161.046.000,00 e outro programa que possui valor de destaque entre os transversais é o Programa 65, com custo total estimado para o quadriênio de R\$ 125.933.202,90. Ao todo, as políticas transversais ao tema da ESOL no PPA de 2022- 2025 possuem um valor total de R\$ 345.343.010,32.

4.7 Os cinco períodos e os orçamentos totais

No Quadro 1 há uma sintetização dos períodos, para melhor visualização dos acontecimentos e, posteriormente, de seus orçamentos de forma geral.

Quadro 1 – Síntese das políticas públicas de ESOL em Araraquara-SP por quadriênio.

Quadriênio	Síntese
2006-2009	Este período é marcado pela implementação das políticas públicas em economia solidária no município. São firmadas as primeiras parcerias institucionais com cooperativas e inaugurados espaços de ESOL a partir de demandas do orçamento participativo. No PPA não há programa algum com o Economia Solidária no nome, porém há três programas com o termo em sua justificativa e/ou objetivo. Mesmo assim, neste período, foi empenhado o maior valor monetário na previsão orçamentária para ESOL, além de serem identificados oito programas com pautas transversais à ESOL, também maior número entre o período total analisado.
2010-2013	Neste período continua havendo três programas voltados diretamente para a ESOL, porém, dentre todos os quadriênios, é o com menor valor previsto para a realização de tais programas. Diferente do período anterior, já possui um programa com o Economia Solidária no nome, mais outros dois com o termo em seus objetivos e/ou justificativa. Além disso, este quadriênio possui apenas cinco programas transversais a ESOL identificados. Por fim, a única políticapública de ESOL implementada no período foi a instituição do Espaço Kaparaó, em 2010.

2014-2017	Neste quadriênio, assim como ocorre no primeiro quadriênio, de 2006 a 2009, não há programas que constem Economia Solidária no nome e, em relação ao quadriênio anterior, há um programa a menos voltado para ESOL, sendo apenas dois e, mesmo assim, o valor previsto para estes programas é o segundo maior de todo o período estudado, sendo menor somente em relação ao primeiro quadriênio. Este quadriênio mantém o mesmo número de programas transversais a ESOL identificados, cinco programas. Em relação às políticas, dá-se destaque a mudança de nome da coordenadoria, tornando-se a atual Coordenadoria de Trabalho e Economia Criativa e Solidária (Cetecs).
2018-2021	No quadriênio de 2018 a 2021, voltam a ser três programas voltados diretamente para a ESOL. Dentre eles, destaca-se o Programa 105- Mulheres em rede: empoderamento financeiro e cooperativismo popular nos territórios de alta vulnerabilidade social, único programa, no único período, em que se relaciona a ESOL com questões de gênero fora do campo transversal, queneste quadriênio, possui seis programas identificados. Deste período se destaca a instituição da Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS), vinculada a Cetecs, bem como a criação do programa Cooperera Araraquara e do Fundo Municipal de Trabalho.
2022-2025	Diferente de todos os outros quadriênios analisados, neste há apenas um programa que abrange a ESOL diretamente e que aparece duas vezes no PPA, uma vez sob a responsabilidade da Cetecs e uma sob a responsabilidade do Fundo Municipal de Trabalho, criado durante o último período. Além disso, neste quadriênio, são sete programas om pautas transversais à ESOL, segundo maior número em todo período analisado.

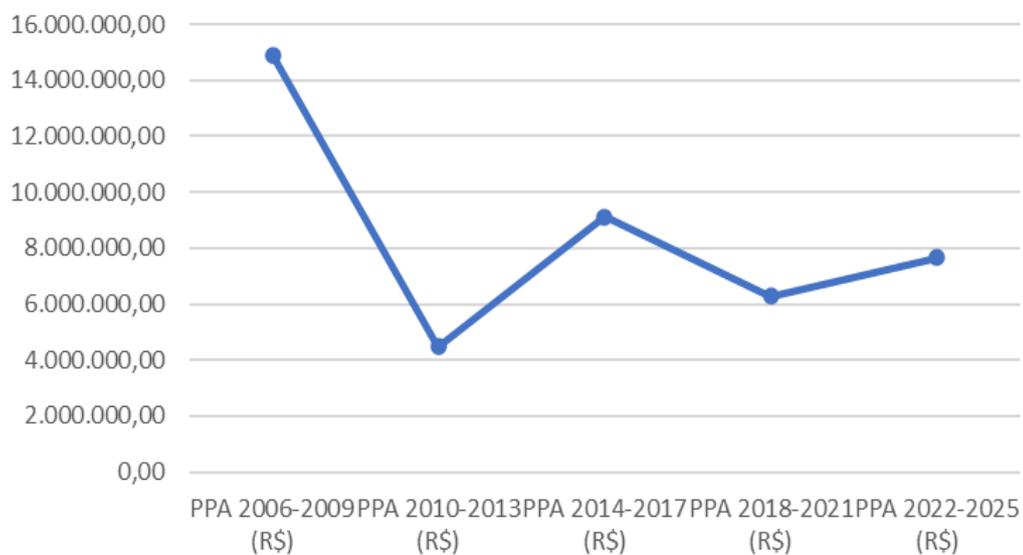
Fonte: Elaboração própria (2022).

Não houve uma constância na previsão orçamentária para os programas voltados diretamente para a ESOL, seja um aumento, uma diminuição ou apenas manutenção da verba, tendo uma grande oscilação entre os PPAs.

Os PPAs com maior previsão orçamentária para esta temática são os PPAs de 2006- 2009 e 2022-2025, curiosamente, o primeiro PPA desde a criação da Coordenadoria Municipal de Economia Solidária e o PPA mais recente, aprovado em 2021. Em relação aos programas de temáticas transversais, nota-se uma constante crescente de previsão orçamentária, o que faz com que o “total” de verba prevista para ESOL e programas transversais também seja crescente com o passar dos períodos dos PPAs, devido o fato da previsão para os programas transversais ser muito maior que para os programas

de ESOL. Nota-se a variação de valores de ESOL entre os PPAs a partir do Gráfico 1, a seguir.

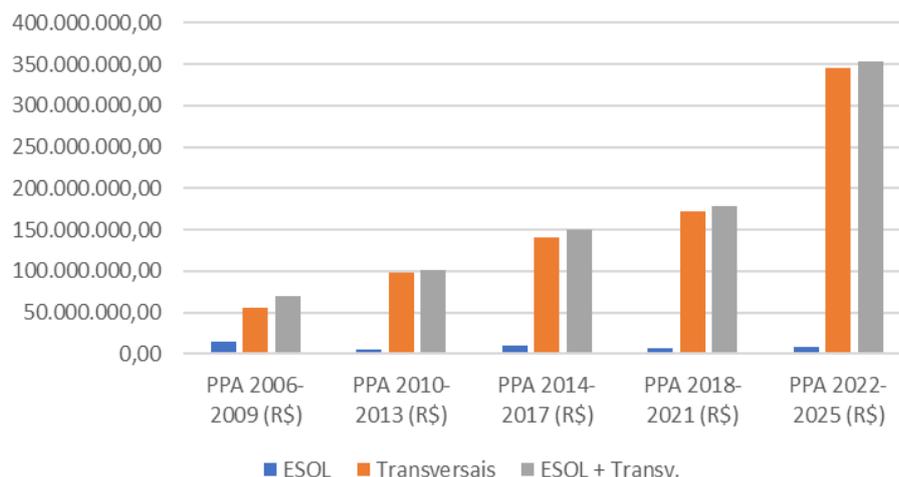
Gráfico 1: Previsão orçamentária para políticas públicas destinadas à ESOL nos PPAs de Araraquara-SP.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Nota-se, ainda, que somando a previsão orçamentária de todos os PPAs, tratando-se de programas voltados para ESOL e para temáticas transversais, há uma previsão de R\$ 42.452.219,40, aproximadamente 4,02% da somatória total de todo período para os programas diretamente relacionados a ESOL e R\$ 812.377.436,66, aproximadamente 95,98% da somatória total de todo período para os programas transversais a esta temática. Vê-se os valores gerais comparados no Gráfico 2:

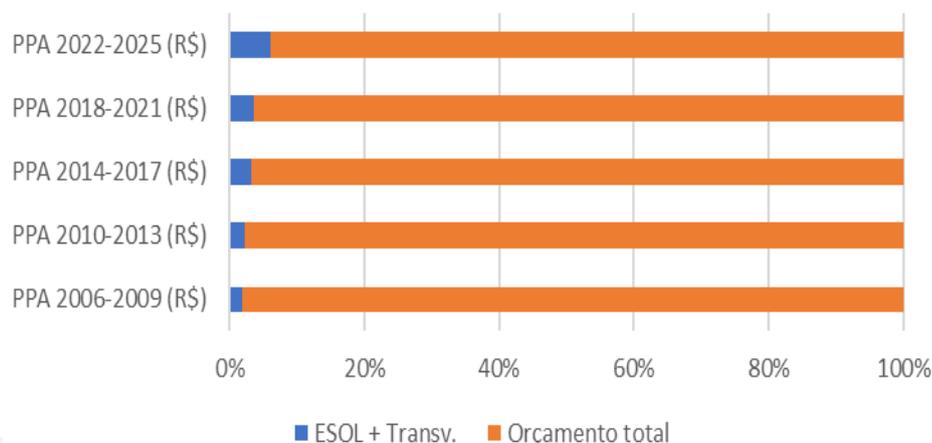
Gráfico 2: Orçamentos totais de ESOL, programas transversais e a soma de ambos nos PPAs de 2006 até 2025, em relação ao município de Araraquara-SP.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Por último, indica-se o espaço real das políticas de ESOL e transversal em relação à previsão orçamentária do município no período de 2006 a 2025:

Gráfico 3: Espaço das políticas públicas de ESOL e transversais ao tema, na previsão orçamentária municipal de Araraquara-SP.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Considerações finais

As políticas públicas de ESOL exercem um notável papel na geração de emprego e renda, além de serem ferramentas importantes para o fortalecimento das cooperativas, associações e seu entorno (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020, FRANÇA FILHO, 2006, SILVA; CUNHA; SILVA, 2018, PAIVA; SILVA, 2020). Essas políticas tiveram como ponto de partida institucional, a criação da SENAES em 2003, e passando por diferentes momentos de acordo com os PPAs federais analisados por Silva (2018), ressaltando o desmantelamento das políticas nacionais de 2016 até a extinção da SENAES em 2019. Dado este contexto, faz-se mais relevante a existência de políticas públicas subnacionais de ESOL.

Foram examinados, como descrito na seção anterior, cinco PPAs de 2006-2009, 2010- 2013, 2014-2017, 2018-2021 e 2022-2025 e, como ressaltado, sobre os PPAs federais, nos PPAs também não há uma regularidade, um padrão na previsão orçamentária de políticas públicas de ESOL, diferentemente das políticas públicas transversais e do orçamento total dos PPAs observados: ambos possuem um aumento crescente em suas previsões orçamentárias, mesmo que em alguns exercícios sejam maiores que em outros.

Cabe dizer que na administração pública do município de Araraquara se verifica uma grande preocupação com a agenda de ESOL ao longo dos anos, porém com a oscilação orçamentária observada, nota-se também o processo de disputa dentro da máquina pública pelos escassos orçamentos disponíveis, o que acaba demonstrando também que a relevância da agenda de ESOL se altera com a mudança da administração pública, sendo não só da prefeitura municipal (que na maior parte do período estudado, o prefeito foi Edinho Silva, do Partido dos Trabalhadores), mas também a composição da Câmara municipal, a qual vota a aprovação dos PPAs propostos pelo executivo.

Mesmo com grande relevância para geração de emprego e renda, envolvimento com cultura, gênero, sustentabilidade, entre outros, a proporção orçamentária das políticas de ESOL ainda é muito baixa em relação ao orçamento total, e ela se manteve baixa durante todo o período estudado. Isso não significa que as políticas de ESOL e as transversais sejam poucas no município estudado, afinal como descrito no trabalho existem diversas políticas de ESOL implementadas, junto com projetos e ações realizadas em Araraquara, o que indica que as políticas de ESOL ainda precisam se fortalecer, principalmente como políticas de Estado, para que possam crescer cada vez mais no orçamento público do município de Araraquara.

RUIZ, Julia da Silva Gutierrez; MORAIS, Leandro Pereira The space of public policies for solidarity economy in the budget forecast of the municipality of Araraquara-SP. ORG & DEMO (Marília), v. 24, Fluxo Contínuo, e023015.

Abstract: The present work aims to observe the history of public policies for Solidarity Economy (SOLE) present in the municipality of Araraquara-SP, since this is considered an example of good practices of public policies for SOLE, also observing, the starting from the Multiannual Municipal Plans (MMP), what is the space for themes transversalSOLE within the municipal budget forecast, to reflect on the quantity/intensity of these public policies and how much they occupy within the budget forecast. The methodology used in this paper was a narrative and integrative bibliographical review and then, a description of the programs and values present in the MMP of Araraquara referring to SOLE policies and cross-cutting themes. Araraquara-SP is a municipality that has a large proposal for subnational public policies in SOLE, but the budget for these policies is still very limited: in addition to being oscillating (which proves to be a government agenda and not a state one – and stable), the predicted value for SOLE

policies is very small in relation to the municipal value, which like transversal policies, has an increasing value over the four-year period.

Key-words: Public Policy, Subnational Policy, Multiannual Plans, Transversality, Solidarity Economy.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar la historia de las políticas públicas de Economía Solidaria (ESOL) presentes en el municipio de Araraquara-SP, ya que esto es considerado un ejemplo de buenas prácticas de políticas públicas de ESOL, observando, también, desde el Multi Municipal-Planes Anuales (MMPA), cuál es el espacio para los temas transversales a ESOL en la previsión presupuestaria municipal, cuál es la cantidad/intensidad de estas políticas públicas y cuánto ocupan en la previsión presupuestaria. La metodología utilizada en este trabajo fue una revisión bibliográfica narrativa e integradora y, luego, una descripción de los programas y valores presentes en el MMPA de Araraquara relacionados con las políticas de ESOL y temas transversales. Araraquara-SP es un municipio que tiene una gran propuesta de políticas públicas subnacionales en ESOL, sin embargo, el presupuesto para estas políticas aún es muy limitado, además de cambiar el crecimiento de los valores, lo que demuestra que es una agenda de gobierno y no de Estado – estable. El valor previsto para las políticas ESOL es muy pequeño en relación con el valor municipal que, al igual que las políticas transversales, tiene un valor creciente a lo largo de cuatro años.

Palabras-llave: Políticas Públicas, Política Subnacional, Planes Plurianuales, Transversalidad, Economía Solidaria.

Referencias

ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. **Revista Interações**, v. 15, n. 1, 2014.

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023015>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

ARARAQUARA. **Lei Nº6.360, de 28 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Araraquara para o período de 2006 a 2009. Araraquara: Câmara municipal, 2005.

ARARAQUARA. **Lei Nº6.496, de 1 de dezembro de 2006**. Autoriza a celebração de convênio que objetiva o desenvolvimento de projetos e ações relacionados à coleta, triagem e o beneficiamento dos materiais recicláveis e dá outras providências. Araraquara: Câmara municipal, 2006.

ARARAQUARA. **Projeto de Lei Nº 081/09, de 30 de abril de 2009**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2010/2013 e dá outras providências. Araraquara: Câmara municipal, 2009.

ARARAQUARA. **Lei Nº7.145, de 27 de novembro de 2009**. Institui o “Programa de Trabalho e Economia Social e Solidária”, estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de Trabalho e Economia Solidária no Município e dá outras providências. Araraquara: Câmara municipal, 2009a.

ARARAQUARA. **Lei Nº8.075, de 22 de novembro de 2013**. Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2014 a 2017 e define as metas e prioridades da administração pública para o exercício de 2014. Araraquara: Câmara municipal, 2013.

ARARAQUARA. **Lei Nº9.138, de 29 de novembro de 2017**. Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2018 a 2021 e define diretrizes, objetivos e metas da administração pública para o exercício de 2018. Araraquara: Câmara municipal, 2017.

ARARAQUARA. **Lei Nº9.143, de 30 de novembro de 2017**. Institui o Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária, composto por 19 (dezenove) diretrizes, para o período compreendido entre os anos de 2018 e 2021, e dá outras providências. Araraquara: Câmara municipal, 2017a.

ARARAQUARA. **Lei Nº10.340, de 27 de outubro de 2021.** Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2022 a 2025 e define diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2022. Araraquara: Câmara municipal, 2017.

BRASIL. **Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Lei Nº12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

FARIA, M.; SANCHEZ, F. A Economia Solidária no Governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: BENINI, É. et al (orgs). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2011, p.413-442.

FRANÇA FILHO, G. Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. (Orgs). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006

FREITAS, M. M. de. **As políticas públicas de economia solidária no Governo Federal: 2003 a 2010.** 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GOULART, J. O.; MARIN, T. R. Políticas públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003-2006). **Outra Economia**, v.5, n.8, p.48-58, jan./jun. 2011.

MORAIS, L. P. **As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema.** 2013. 289 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PAIVA, C. C.; SILVA, E. A política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara/SP. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise.** Brasília, n. 70, 2020.

PROCOPIUCK, M. et al. O Plano Plurianual Municipal no sistema de planejamento e orçamento brasileiro. **Revista do Serviço Público**, v. 58, n. 4, p. 397-415, 2007.

SALVADOR, E.; TEIXEIRA, S. O. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 1, p. 15-32, 2014.

SANCHES, C. C. **Economia Solidária e o ecossistema empreendedor solidário: um estudo de caso do município de Araraquara (SP)**. 2019. 148 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara.

SILVA, S. P. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma**. Brasília, DF: Ipea, 2018.

SILVA, S. P. Da inserção ao desmantelamento da política de economia solidária na agenda governamental (2003-2019). **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**. Campinas, v.3, e021020, 2021.

SILVA, S. P.; MORAIS, L. P.; SANTOS, D. S. **Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais**. Brasília, DF: Ipea, 2020.

SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F. Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho: conjuntura & análise**. Brasília, DF, n. 39, p. 43-48, 2009.

SOUZA, A. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. **Boletim Mercado de Trabalho do IPEA**, n. 52, p. 53- 60, 2012.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 65-87.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais**. Salvador, v. 200, p.1-11, 2002.

Submetido em: 28/02/2023

Aceito em: 26/08/2023

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023015>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.